

CARTA ROGATÓRIA Nº 13.466 - FR (2018/0130073-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE AIX EN PROVENCE
INTERES. : R C DE L O
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE : A L H
A.CENTRAL : MINISTERIO DA JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça francesa solicita a notificação de decisão judicial relativa à guarda de menor, segundo o texto rogatório (fl. 15).

A intimação prévia da parte interessada foi recebida por terceiro, conforme os documentos postais (fls. 90-91 e 101-102).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, apresentou impugnação às fls. 44-48, na qual alega que, “diante do princípio da dignidade da pessoa humana, da ordem pública e da soberania nacional, ao qual se reporta ao Estado Democrático de Direito, resta demonstrado que o pedido do Juízo Rogante relativo à notificação da interessada da decisão relativa à guarda, aos alimentos e ao regime de visitas de seu filho menor ofende diretamente estes princípios, visto que devido ao tempo escasso e dificultoso pela interessada, poderá deixar de recorrer deste processo e perder a guarda de seu filho, podendo ir de encontro ao que ficou decidido pela Justiça Brasileira tanto na esfera Federal quanto na esfera estadual” (fl. 112).

O Ministério Público Federal opinou pela improcedência da manifestação da Defensoria Pública da União e pela concessão do *exequatur* (fl. 157).

É o relatório. Decido.

De início, verifica-se que o pedido de diligência da França limita-se à notificação da parte interessada de decisão judicial relativa à guarda de menor, com a possibilidade de oferecimento de recurso naquela jurisdição.

Por isso, o pedido não se confunde com a restituição da menor, situação que ultrapassaria os limites reservados à carta rogatória. Nesse sentido, confira-se julgado:

CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. REMESSA DE MENOR ÀS AUTORIDADES ESTRANGEIRAS. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. CONVENÇÃO DE HAIA -

DECRETO N. 3.413/2000. AGRAVO IMPROVIDO.

– A remessa de menor ao exterior ultrapassa os limites reservados à carta rogatória, pois deve processar-se nos termos da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças - Convenção de Haia (Decreto n. 3.413/2000), por intermédio da autoridade central para o caso, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão vinculado à Presidência da República.

Agravo regimental improvido. (AgRg na CR n. 2.874/FR, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, DJe de 29/10/2009.)

O objeto da presente comissão não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c.c. o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária de Santa Catarina, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente